

MPTO

RELATÓRIO DE GESTÃO

2020



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA

Procuradora-Geral de Justiça

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI

Subprocurador-Geral de Justiça

CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA

Chefe de Gabinete da P.G.J.

PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA

Promotor de Justiça Assessor da P.G.J.

CYNTHIA ASSIS DE PAULA

Promotora de Justiça Assessora da P.G.J.

UILITON DA SILVA BORGES

Diretor-Geral

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ

JOÃO RODRIGUES FILHO

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA

RICARDO VICENTE DA SILVA

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Alayla Milhomem - Edição

Flávio Herculano - Textos

Marcelo de Deus, Ronaldo Mitt - Fotos

Luciana Duailibe - Revisão

Apoena Rezende - Design gráfico

APRESENTAÇÃO

GESTÃO 2020

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA



Em dezembro de 2019, vi-me na incumbência de assumir a administração do Ministério Público do Tocantins, a partir da aposentadoria do procurador-geral de Justiça José Omar de Almeida Júnior, que se desligou da atividade ministerial, confiando-me a missão de complementar o seu segundo ano de mandato.

Foi dignificante assumir este encargo, passando a estar à frente de uma gestão da qual eu era firme colaboradora e executando alguns projetos que ajudei a formatar e a implementar. Mas, para além do caráter de continuidade, minha intenção era a de imprimir identidade própria a esta gestão complementar.

Natural do Estado do Tocantins, membro pioneira do MPTO, eu tinha muito entusiasmo para contribuir mais firmemente com a instituição e apenas um ano para desenvolver novas ações. Não poderia supor o grande imprevisto que viria a perdurar por praticamente toda a gestão: uma pandemia que colocou a humanidade em efeito de suspensão e as pessoas e instituições sob o manto da incerteza.

Nossa gestão não se paralisaria, mas alguns prazos teriam que ser revistos e novas ações emergenciais, colocadas em prática. Encontravam-se, portanto, os nossos desafios potencializados. Mas temos uma equipe valorosa e uma instituição com boa saúde, resultado de ter sido historicamente administrada com planejamento e responsabilidade.

Conduzimos os trabalhos no ritmo que a sociedade espera de nós, buscando alcançar os resultados almejados pelos cidadãos.

Hoje, avaliando em retrospecto, vejo o quanto trabalhamos, a dinâmica que conseguimos impor às atividades administrativas e os resultados que alcançamos em um período tão curto – muitos deles com repercussão sobre o futuro do Ministério Público do Tocantins.

Nossa missão, ousou dizer, foi cumprida com louvor.



MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA

Procuradora-geral de Justiça



SUMÁRIO

01

Inovando a gestão, criando soluções

8

UM NOVO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO QUE BUSCA MAIS QUALIDADE E EFICIÊNCIA NOS RESULTADOS ENTREGUES À SOCIEDADE	9
CRIAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO E NÚCLEOS VISA QUALIFICAR E DINAMIZAR ATUAÇÃO	12
MPTO PREPARADO PARA ENFRENTAR CRISES	13
AGILIDADE NO ENFRENTAMENTO DA CRISE DE COVID-19	14
COVID-19: O PREPARO PARA NOVAS ROTINAS NAS UNIDADES DO MPTO	15
42 TONELADAS DE ALIMENTOS BENEFICIAM MAIS DE 10 MIL FAMÍLIAS	16
MPTO NO NÍVEL MAIS ELEVADO DE TRANSPARÊNCIA	17
RESPONSABILIDADE E PLANEJAMENTO LEVAM AO EQUILÍBRIO DOS GASTOS COM PESSOAL	18
UMA COMUNICAÇÃO ÁGIL COM A SOCIEDADE	19

02

Investindo no Ministério Público do presente e do futuro

20

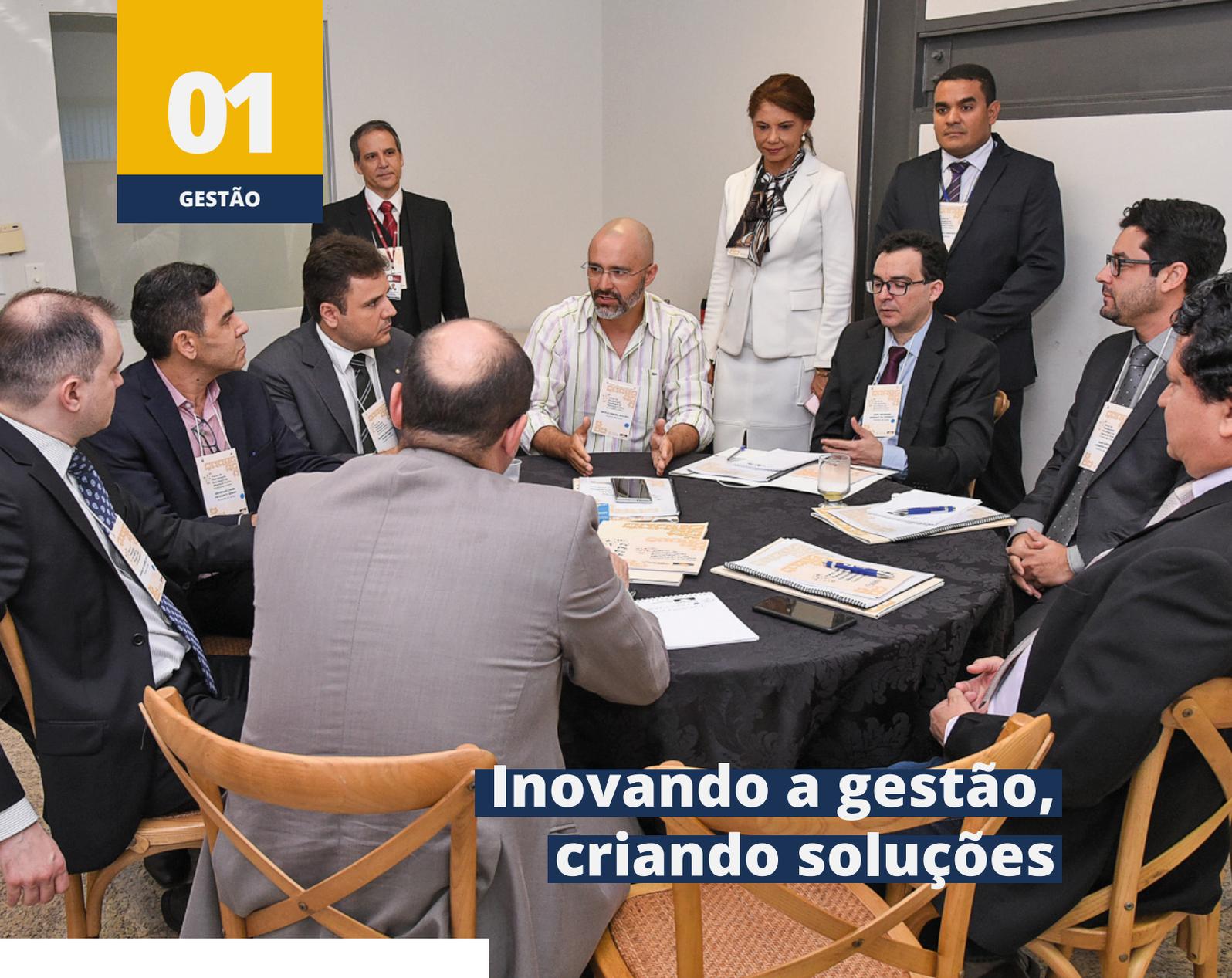
DUAS COMARCAS RECEBEM SEDES PRÓPRIAS DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	21
ANEXO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA É AMPLIADO	22
SOLENIDADE MARCA CONSTRUÇÃO DE NOVA SEDE EM PARAÍSO DO TOCANTINS	23
PROJETO DA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE ARAGUAÍNA ESTÁ EM FASE DE ELABORAÇÃO	23
TERRENOS GARANTEM FUTURAS EDIFICAÇÕES	25
SEDE DO MPTO É BENEFICIADA COM ADEQUAÇÕES	27
ARAGUAÇU, ARAGUACEMA E FILADÉLFIA RECEBEM PRÉDIOS PLANEJADOS	28
UNIDADES DE FIGUEIRÓPOLIS E PALMEIRÓPOLIS TRANSFEREM-SE PARA PRÉDIOS ADAPTADOS	28
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DE COLINAS DO TOCANTINS	29
NOVOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS CONTRIBUEM PARA MELHOR PRODUTIVIDADE	29
SEGURANÇA INSTITUCIONAL É REFORÇADA	31
MAIS DE 2 MILHÕES FORAM INVESTIDOS NA RENOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO	31

03

Cuidando dos integrantes, nosso maior patrimônio

32

PROTEÇÃO CONTRA A COVID-19 EM FOCO NA ÁREA DE SAÚDE	33
CESAF/ESMP BUSCA CREDENCIAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR	35
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO É REAJUSTADO	37
VALOR DO AUXÍLIO-CRECHE É REVISADO	37
GESTÃO REDUZ PASSIVO DE FÉRIAS COM INDENIZAÇÃO DE PERÍODOS NÃO USUFRUÍDOSS	37
PROJETO LEVA MÚSICA AOS INTEGRANTES DO MPTO	37



Inovando a gestão, criando soluções

Na administração do Ministério Público do Estado do Tocantins, a Procuradoria-Geral de Justiça priorizou medidas que dinamizaram a atuação finalística e contribuíram para que a Instituição produzisse os resultados almejados pela sociedade.

O destaque foi para a elaboração de um novo Planejamento Estratégico 2020-2029, pensado conjuntamente, de forma participativa e colaborativa em uma série de encontros que envolveram Procuradores, Promotores de Justiça e servidores, além de uma consulta à sociedade sobre suas prioridades e anseios em relação à atuação ministerial.

Nessa linha, visando dar suporte à atuação ministerial foram criados e efetivados cinco núcleos e/ou grupos permanentes de trabalho.

Ainda foi notória a agilidade e eficiência da gestão nas ações internas de enfrentamento à crise ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus.



UM NOVO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO QUE BUSCA MAIS QUALIDADE E EFICIÊNCIA NOS RESULTADOS ENTREGUES À SOCIEDADE

Ao longo dos anos de 2019 e 2020, um novo Planejamento Estratégico para o Ministério Público do Tocantins (MPTO) foi pensado, após mais de oitenta horas de entrevistas com os membros do Colégio de Procuradores de Justiça, várias reuniões de trabalho com a Alta Administração, três dias de oficinas no Fórum de Planejamento Estratégico, que reuniram mais de setenta por cento dos promotores de Justiça do Estado, uma série de encontros que envolveu os integrantes da área meio e de apoio direto à atividade finalística, além de consulta à sociedade sobre suas prioridades e anseios com relação à atuação ministerial.

O resultado de tanto empenho foi o amadurecimento da cultura organizacional e da função de planejamento na Administração, cristalizados em um documento (Resolução CPJ nº 006/2020) que orientará a atuação do MP durante uma década (2020-2029), havendo sido estabelecidos a missão institucional, a visão de futuro, e novos objetivos. Além disso, foram definidos os conceitos indispensáveis ao modelo de excelência na gestão e aprovados os elementos

necessários à operacionalização das rotinas de trabalho (cadeia de valor) e à orientação dos projetos estratégicos (mapa estratégico).

O Planejamento Estratégico utilizou a metodologia do Balanced Scorecard (BSC) adaptada ao Setor Público, buscando o equilíbrio entre o aperfeiçoamento das operações cotidianas do presente com os riscos das inovações necessárias à conquista do futuro desejado. Tudo isso, considerando tanto os serviços auxiliares desenvolvidos pelos servidores quanto as atividades finalísticas promovidas pelos procuradores e promotores de Justiça, por isso foi pensado coletivamente por todos que integram a instituição.

A elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2029 também considera as diretrizes apontadas na Resolução nº 147/2016 e no Planejamento Estratégico Nacional 2020-2029, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Destarte, o plano encontra-se adequadamente alinhado ao pensamento estratégico do órgão de controle externo do MPTO.



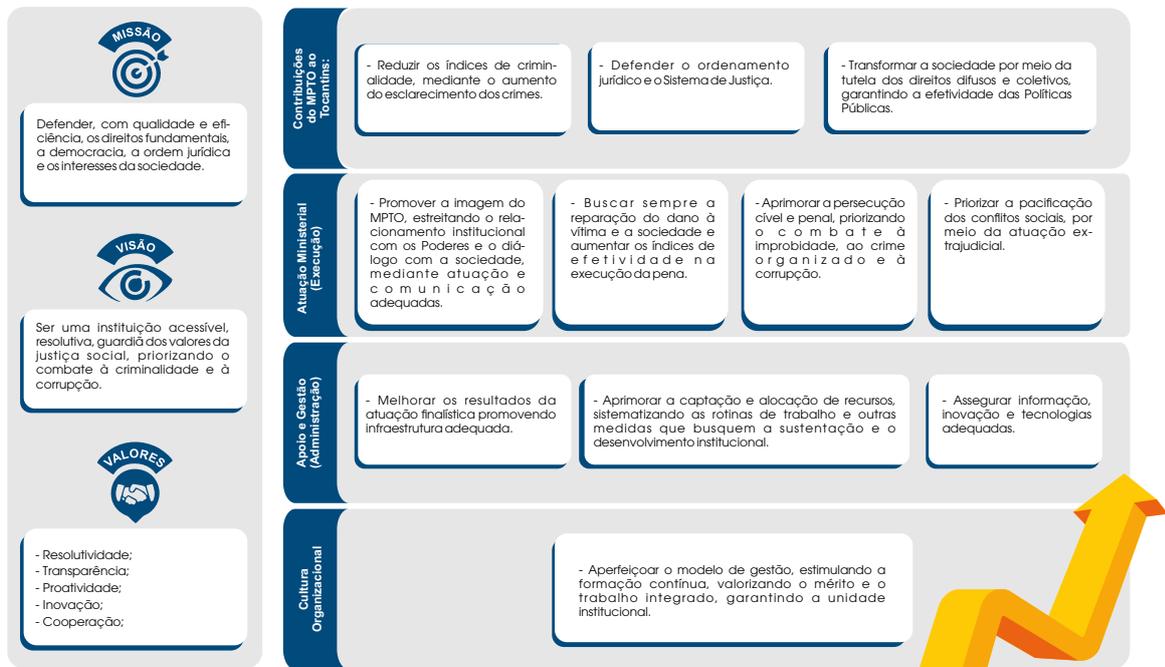
Para direcionar a elaboração do Planejamento Estratégico, a Administração Superior optou por não contratar serviço externo de consultoria, por questões de economicidade, confiando a execução dos trabalhos ao Departamento de Planejamento e Gestão do MPTO, que contou com o auxílio de vários integrantes, como o Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento e membros da Comissão Permanente de Gestão da Estratégia (CPGE).

IDENTIFICAÇÃO DE ROTINAS DE TRABALHO DA CADEIA DE VALOR

Aproveitando o momento de elaboração do plano estratégico, a equipe do Deplan realizou reuniões com áreas envolvidas em cada macrorrotina da cadeia de valor, buscando identificar e analisar a situação das atividades e oportunizando às chefias discussões sobre planos e projetos setoriais a serem desenvolvidos.



MAPA ESTRATÉGICO DO MPTO



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 447bc8c4 - f89c5fb9 - 08e5dcda - 81cfc25



50 NOVOS PROJETOS PARA 2021

Para serem executados no exercício de 2021, a gestão deixa planejados 50 projetos de caráter institucional, elaborados com a finalidade de contribuir para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Os novos projetos foram concebidos por membros, servidores e pela gestão dos diversos órgãos e departamentos que compõem o MPTO, de modo a abranger o amplo conjunto das atividades ministeriais e possibilitar que elas sejam executadas de forma mais sistemática e planejada.

Depois de concebidos, os projetos foram avaliados pelos integrantes da Comissão Permanente de Gestão da Estratégia (CPGE), enquadrados ao teto orçamentário do MPTO e encaminhados para o Colégio de Procuradores de Justiça.

INTEGRAM A CPGE:

Procurador-Geral, subprocurador-Geral de Justiça, chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, promotor de Justiça assessor do procurador-geral de Justiça, chefe de gabinete da Corregedoria-Geral do Ministério Público, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional / ESMP, coordenador do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional, diretor-geral da Procuradoria-Geral de Justiça, chefe da Assessoria de Comunicação, chefe da Controladoria Interna, chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, chefe do Departamento de Gestão de Pessoas e Folha e Pagamento, chefe do Departamento de Finanças e Contabilidade, chefe do Departamento Administrativo, chefe do Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação, presidente da Comissão Permanente de Licitação, ouvidor do Ministério Público do Estado do Tocantins.



CRIAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO E NÚCLEOS VISA QUALIFICAR E DINAMIZAR ATUAÇÃO

Tendo por objetivo oferecer melhor subsídio técnico e jurídico aos membros, qualificando a atuação ministerial e tornando-a mais ágil e articulada, a Administração Superior do MPTO criou, durante a gestão, novos núcleos e grupos especiais de apoio à atividade fim, bem como instalou outros que se encontravam formalmente instituídos.

Os núcleos e grupos constituídos reúnem membros da própria instituição e atuam em temas específicos. Foram concebidos para que trabalhem de forma complementar e ofereçam suporte aos membros em diversas áreas que abrangem a atuação do Ministério Público.

Entre suas funções está a de fornecer subsídios técnicos e jurídicos; coletar, organizar e disseminar informações; propor intercâmbios com organizações afins; e sugerir projetos institucionais e atividades de qualificação e aperfeiçoamento.

Some-se a estes núcleos e grupos, voltados à oferta de subsídio técnico, o Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça (NAProm), que

tem a função de oferecer suporte operacional às promotorias de Justiça com maior demanda reprimida de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais.

OS GRUPOS

- Grupo Especial na Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa (**Gaep**);
- Grupo de Trabalho para Apoio ao Exercício da Função Eleitoral (**GT-Eleitoral**);
- Núcleo de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica (**Naesf**);
- Núcleo de Apoio aos Acordos de Não Persecução Penal (**Nuanpp**);
- Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Tocantins (**MPNujuri**);
- Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça (**NAProm**).



MPTO PREPARADO PARA ENFRENTAR CRISES

Inovando a gestão, o Ministério Público do Tocantins instituiu, em março de 2020, o Gabinete de Gerenciamento de Crise, tratando-se de um grupo de trabalho permanente com a atribuição de gerenciar situações de crise, intermediar estratégias com as forças públicas e promover a articulação entre as instituições.

O gabinete foi concebido para atuar em situações críticas que exijam atuação estratégica, com medidas para mapear prejuízos, vulnerabilidades e impactos, bem como na definição de providências voltadas a prevenir danos, de modo imediato e eficiente.

O ato que instituiu o gabinete qualifica como “crise” os incidentes de segurança ou ameaça social, as eventuais situações de fragilidade das forças ostensivas de segurança pública e as situações críticas ou acontecimentos que exijam respostas e medidas não rotineiras dos órgãos públicos competentes. O gabinete também atuará em caráter de prevenção de crises.

Criado por ato da procuradora-geral de Justiça, Maria Cotinha Bezerra Pereira, o gabinete teve como primeira tarefa discutir as medidas internas de contenção da propagação do novo coronavírus, o que foi feito em diversas reuniões.

AGILIDADE NO ENFRENTAMENTO DA CRISE DE COVID-19

Antes mesmo da decretação de estado de calamidade pública em território estadual em razão da crise sanitária causada pelo novo coronavírus, o MPTO começou a discutir o assunto e adotar todas as medidas sanitárias e administrativas necessárias para superar o momento. Foram 12 reuniões do Gabinete de Gerenciamento de Crise para tratar sobre o assunto, a primeira delas em 11 de março de 2020.

A cada deliberação do Gabinete de Crise, surgiam novas demandas: aquisição de materiais para a prevenção do contágio (para distribuição em todas as sedes de promotoria de Justiça); expedição de atos normativos internos com medidas temporárias preventivas; contenção de gastos no âmbito do MPTO; campanhas internas de conscientização para a prevenção; até se chegar à expedição do Ato Conjunto nº 009/2020,

de 20 de julho, que definiu as diretrizes para o retorno gradual das atividades presenciais no âmbito do MPTO.

AUSTERIDADE E ECONOMIA

Com o ato editado em 23 de março, que determinou a contenção interna de gastos e definiu uma série de medidas de austeridade, por ocasião da pandemia, a Instituição obteve, até outubro, uma economia de R\$ 1.555.483,07, referente às despesas de custeio geral. Passado o período fiscal mais crítico, o ato foi revogado em 21 de julho de 2020.

**A CONTENÇÃO INTERNA DE
GASTOS GEROU UMA ECONOMIA
DE R\$ 1.555.483,07**



COVID-19: O PREPARO PARA NOVAS ROTINAS NAS UNIDADES DO MPTO

Para o enfrentamento da Covid-19, a Procuradoria-Geral de Justiça providenciou que fossem afixados adesivos educativos e sinalizadores de distanciamento social em todas as sedes, visando à segurança por ocasião do retorno das atividades presenciais.

Também foram estabelecidas novas rotinas de higienização nas instalações do MPTO, incluindo a limpeza de objetos e superfícies e a desinfecção constante de ambientes.

Considerando que os trabalhos telepresenciais seriam intensificados com o início da pandemia, a gestão implantou o “Projeto de atendimento ao público por videoconferência” nas principais sedes do MPTO (Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Dianópolis, Colinas, Guaraí, Tocantinópolis e Augustinópolis), que receberam notebooks, licenças de software para reuniões virtuais e treinamento do Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação para essa finalidade.

Ainda foi distribuída uma webcam para cada membro e para cada recepção, bem como adquiridas cinco licenças de solução de videoconferência (sala virtual de reuniões), que permitiram a continuidade das atividades que demandavam reuniões.

COVID-19: MATERIAIS DE PREVENÇÃO ADQUIRIDOS

- 1.200 kits de testes rápidos, para o mapeamento do status imunológico dos integrantes;
- 2.500 unidades de máscaras de tecido reutilizáveis;
- 160 protetores faciais (em parceria com a UFT);
- 120 painéis de proteção em acrílico, para instalação nas recepções das sedes próprias e locais de atendimento;
- 60 termômetros infravermelhos;
- EPIs para os profissionais da Saúde do MPTO: máscaras N-95 e avental cirúrgico (jaleco) descartáveis;
- Tapetes sanitizantes;
- Álcool em gel 70%;
- Álcool líquido 70%;
- Antisséptico higienizador;
- Borrifadores;
- Adesivos educativos e sinalizadores de distanciamento.





42 TONELADAS DE ALIMENTOS BENEFICIAM MAIS DE 10 MIL FAMÍLIAS

No início da pandemia, o Ministério Público do Tocantins idealizou o projeto Parceria Solidária, que contou com adesão do Tribunal de Justiça e viabilizou a arrecadação de 42,7 toneladas de alimentos entre os integrantes das duas instituições. Com isso, 3.559 cestas básicas foram montadas e distribuídas no Estado, beneficiando mais de 10 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social.

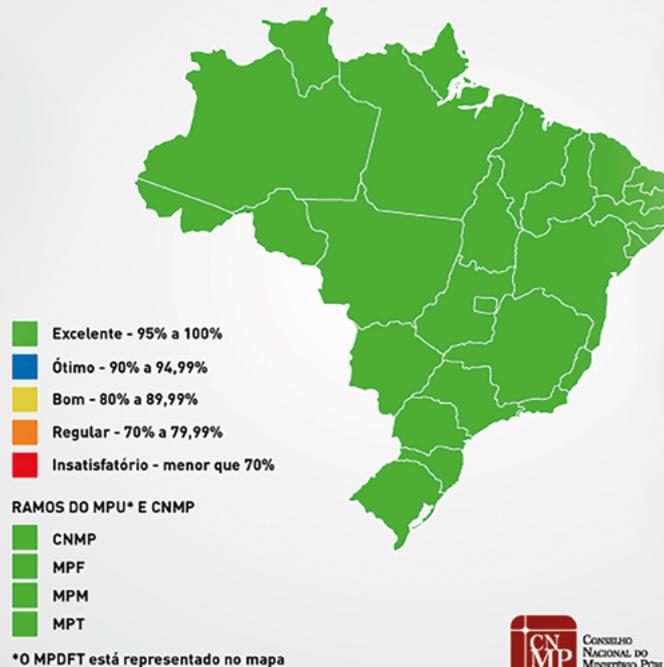
Os recursos para a compra dos alimentos foram doados por meio de autorizações para desconto no auxílio-alimentação dos integrantes

do MPTO e do TJ. O valor arrecadado alcançou R\$ 268.830,18. Entidades sociais de reconhecida idoneidade também se mobilizaram, auxiliando na distribuição das cestas básicas.

As entregas dos kits alimentares ocorreram em todas as regiões do Tocantins, tendo como referencial a divisão do Estado em 40 comarcas. Regiões mais afetadas pela Covid-19 e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) receberam atenção especial na campanha, como o Bico do Papagaio, a região do Jalapão e a cidade de Xambioá.

**42,7 TONELADAS DE ALIMENTOS
3.559 CESTAS BÁSICAS
MAIS DE 10 MIL PESSOAS BENEFICIADAS**

Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
RANKING DA TRANSPARÊNCIA
1º Semestre de 2020



MPTO NO NÍVEL MAIS ELEVADO DE TRANSPARÊNCIA

De acordo com avaliação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) publicada em setembro de 2020, o Portal de Transparência do MPTO encontra-se no patamar mais elevado de excelência, tendo se destacado por cumprir integralmente as determinações da Lei de Acesso à Informação e as resoluções do próprio CNMP que tratam sobre transparência na divulgação de dados.

Na análise que subsidiou esta conclusão, a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) do Conselho Nacional conferiu o cumprimento de 318 itens de transparência.

Os 31 portais da transparência das unidades e ramos do Ministério Público brasileiro foram avaliados, tendo o do MPTO figurado entre os 14 que conseguiram cumprir integralmente todas as exigências na divulgação de informações.

O Portal da Transparência do MPTO é mantido por um Comitê Gestor, integrado por servidores de diversos departamentos, que trabalham de forma coordenada e orientada a disponibilizar todas as informações necessárias e a manter o site permanentemente atualizado.

Endereço eletrônico:
mpto.mp.br/transparencia

RESPONSABILIDADE E PLANEJAMENTO LEVAM AO EQUILÍBRIO DOS GASTOS COM PESSOAL

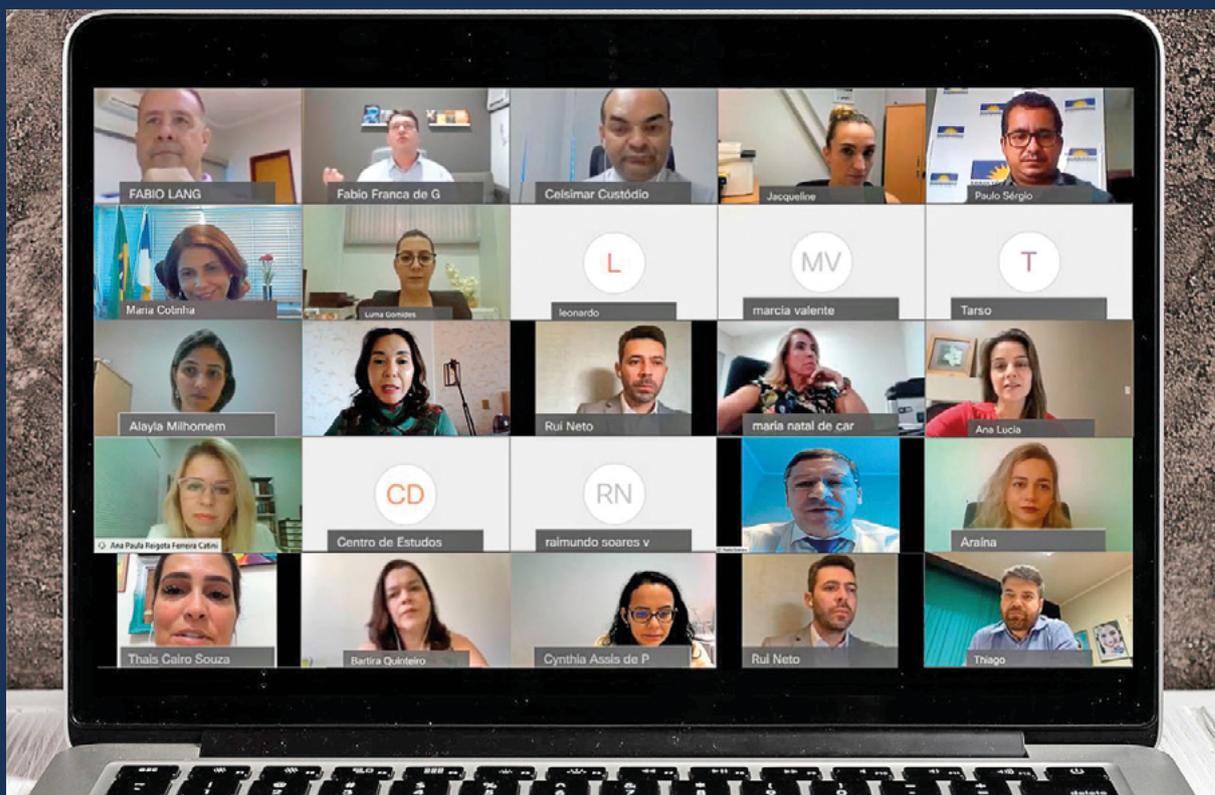
Depois de um breve período em que seus gastos com pessoal estiveram acima do limite prudencial definido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Ministério Público conseguiu estabelecer equilíbrio neste item de despesas, após a adoção de uma série de medidas de austeridade e controle.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2020, as despesas com pessoal do MPTO corresponderam a 1,48% da Receita Corrente Líquida do Estado, posicionando-se, pelo segundo quadrimestre consecutivo, bem abaixo do limite de alerta (1,80%), do limite prudencial (1,90%) e do limite máximo legal (2,00%), graças a uma gestão fiscal responsável e eficiente.

Tabela 2 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF, em (R\$)
RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritos em restos a pagar não processadas (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	134.803.186,84	0,00
Pessoal ativo	134.803.186,84	0,00
Pessoal inativo e pensionista		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	18.516.706,44	0,00
(-) Despesas não computadas (art.19, § 1º; da LRF)		
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	17.991.756,63	
Indenizações decorrentes de decisão judicial		
Despesas de exercícios anteriores	524.949,81	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	116.286.480,40	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)	116.286.480,40	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		7.877.439.776,54
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,48	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20, da LRF) – 2%	157.548.795,53	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22, da LRF) – 1,90%	149.671.355,75	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 1,80%	141.793.915,98	

FONTE: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 23/09/2020 às 15:36



UMA COMUNICAÇÃO ÁGIL COM A SOCIEDADE

A equipe de jornalismo da Assessoria de Comunicação do MPTO redigiu 798 textos (releases) e 85 notas oficiais ao longo de 2020, contribuindo para que a instituição obtivesse 8.876 citações diretas e indiretas na imprensa, sendo cerca de 98% destas menções positivas, o que contribui significativamente para a formação de uma imagem favorável do MPTO por parte da opinião pública.

Outra forma de comunicação utilizada com muito êxito foram as redes sociais da internet (Facebook, Twitter, Instagram, Flickr e Youtube), que viabilizaram o contato direto entre o MPTO e o público. Ao longo de 2020, a Ascom do MPTO veiculou 682 publicações em cada uma de suas redes sociais

Parte destas publicações refere-se às 42 campanhas temáticas produzidas, com conteúdos específicos, como Queimadas, Setembro Amarelo, Violência contra a Mulher, Semana de Trânsito,

Prevenção ao Coronavírus e Semana do Consumidor.

Destaque para o crescimento exponencial do perfil no Instagram, que saltou de 6 mil seguidores (2019) para mais de 10 mil seguidores (até outubro de 2020). Um crescimento de mais de 40% em menos de 10 meses.

Integrada por uma equipe multiprofissional, a Ascom cresceu em termos de integrantes em 2020, ganhando um designer gráfico adicional.

CAPACITAÇÃO

Por meio da Assessoria de Comunicação, o MPTO ofereceu aos seus membros em 2020 a terceira edição do workshop de media training “Capacitando Porta-Vozes”, voltado a preparar promotores e procuradores de Justiça para o relacionamento com a imprensa.



Investindo no Ministério Público do presente e do futuro

O período de gestão foi curto, envolveu um longo período de pandemia e a execução de plano interno de contenção de despesas que teve como objetivo preservar a instituição diante das perdas econômicas e financeiras que se projetavam sobre o Estado e o país.

Porém, mediante uma atuação bem planejada e com rigor na administração dos recursos, conseguiu-se executar os investimentos previstos na melhoria das condições de trabalho dos membros e servidores.

Em um ano, investiu-se quase R\$ 3 milhões na construção de duas sedes próprias de promotorias de Justiça, R\$ 1,2 milhão na ampliação do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, R\$ 1,5 milhão na aquisição de móveis e equipamentos, R\$ 2 milhões em equipamentos de informática e R\$ 1,4 milhões em ampliação e renovação da frota, entre outras aquisições e serviços de melhoria executados.



DUAS COMARCAS RECEBEM SEDES PRÓPRIAS DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

No ano de 2020, foram entregues duas sedes próprias de promotorias de Justiça, nas cidades de Araguatins e Colmeia. O valor investido nas duas construções aproxima-se de R\$ 3 milhões.

Trata-se de prédios amplos, construídos conforme padrão arquitetônico que confere unidade visual às sedes do Ministério Público de todo o Estado, que assegura um bom fluxo para as atividades ministeriais e garante plena acessibilidade às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

As construções foram planejadas e licitadas diretamente pelo Ministério Público, bem como executadas sob a supervisão da Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia da Instituição.

Os prédios foram entregues também com mobiliário renovado. As inaugurações ocorreram em solenidades restritas a membros, servidores e alguns convidados, em razão da pandemia de Covid-19.

01 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUATINS

Instalações: três gabinetes de promotoria com banheiro privativo, sala para analistas, sala para técnicos e estagiários, sala para audiências e reuniões, recepção, copa e garagem privativa.

Investimento: R\$ 1.635.956,06.

Inauguração: 03/09/2020.

Abrangência da Comarca: Araguatins, Buriti do Tocantins, São Bento do Tocantins.

02 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMEIA

Instalações: dois gabinetes de promotoria com banheiro privativo, sala para analistas, sala para técnicos e estagiários, sala para audiências e reuniões, recepção, copa e garagem privativa.

Investimento: R\$ 1.315.184,01.

Inauguração: 17/11/2020

Abrangência da Comarca: Colmeia, Goianorte, Itaporã do Tocantins e Pequiizeiro.

Com a entrega das novas unidades, o MPTO passou a contar com 20 sedes próprias e 21 locadas.



ANEXO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA É AMPLIADO

Em 2020, o prédio sede do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, em Palmas, recebeu obras de ampliação relativas à construção de um piso superior sobre o pavimento térreo. Com isso, a edificação duplicou sua área construída, passando a totalizar 1.626,58 metros quadrados.

O prédio também ganhou elevador para a plena acessibilidade e uma subestação elétrica independente.

A intenção da obra foi viabilizar a transferência de grupos de trabalho, liberando espaços físicos na sede da PGJ e possibilitando melhores condições de trabalho para membros e servidores.

Migraram para o novo espaço o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (Caopac), Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep), Grupo Especial na Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa (Gaep), Núcleo de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica (Naesf) e Núcleo de Apoio aos Acordos de Não Persecução Penal (Nuanpp).

INVESTIMENTO: R\$ 1.246.457,17.
INAUGURAÇÃO: 18/09/2020

SOLENIIDADE MARCA CONSTRUÇÃO DE NOVA SEDE EM PARAÍSO DO TOCANTINS

Em dezembro de 2020, a procuradora-geral de Justiça, Maria Cotinha Bezerra Pereira, lançou a pedra fundamental que marca o início da construção da nova sede própria das Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins.

A edificação contará com 1.047,85 metros quadrados de área construída, sendo também projetada a fim de contribuir para o fluxo adequado das atividades ministeriais. O investimento na obra será de R\$ 2.789.000,00, conforme Contrato n.º 092/2020, oriundo do processo licitatório n.º 9.30.1503.0000482/2020-84 (Concorrência n.º 002/2020), cujo prazo de execução da obra é de 12 meses, contados a partir do recebimento da

ordem de serviço emitida em 11/12/2020. Cabe frisar que a Instituição possui disponibilidade de caixa suficiente para cobrir tal despesa, conforme preceitua o Art. 42 da LRF.

A nova sede será construída em terreno de 2.400,20 metros quadrados, localizado no Loteamento Jardim Paulista, doado pela Prefeitura Municipal.

Em Paraíso, a atual sede já conta com 20 anos, não comporta adequadamente o volume de serviços elevado ao longo deste período e também não dispõe de espaço físico para uma possível expansão.



PROJETO DA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE ARAGUAÍNA ESTÁ EM FASE DE ELABORAÇÃO

Com investimentos estimados em R\$10.000.000,00 a nova sede das Promotorias de Justiça de Araguaína começa tomar corpo com a elaboração do projeto, que prevê uma edificação verticalizada, com dois pavimentos superiores e subsolo e 2.600 m² de área construída.

Conforme estudos arquitetônicos, a nova sede vai contar com: 16 gabinetes de Promotor de Justiça, banheiros privativos e salas para analistas e técnicos, além de recepção, sala para atendimento ao cidadão, DPVAT, protocolo, auditório com capacidade para 90 pessoas, salas de reuniões e audiências, brinquedoteca, salas para apoio administrativo, cartório, tecnologia

da informação, rack/ CFTV, oficiais de diligências e motoristas, apoio de manutenção, almoxarifado, arquivo, apoio aos servidores, copa e materiais de limpeza. As garagens privativas para membros ficarão localizadas no subsolo da edificação, com acesso privativo. Haverá estacionamento destinado aos servidores e ao público externo, além de toda a estrutura de apoio, como subestação de energia e laje técnica para condicionadores de ar. A edificação atenderá às Normas de Prevenção e Combate a Incêndio, à ABNT-NBR 9050/2020 quanto à acessibilidade e todas as normativas necessárias à sua regulamentação. O projeto prevê ainda a expansão futura de mais quatro gabinetes.



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE GURUPI TAMBÉM DEVEM RECEBER NOVA EDIFICAÇÃO

De posse do terreno desde 2017, em que será construída a nova sede das Promotorias de Justiça de Gurupi, o MPTO aguarda apenas a realização da infraestrutura por parte da Prefeitura Municipal, prevista para 2020. O projeto arquitetônico da nova sede das Promotorias de Gurupi foi concebido em conjunto com os promotores de Justiça daquela

localidade. Os projetos complementares estão sendo elaborados pela equipe técnica de Arquitetura e Engenharia desta PGJ, visando a abertura do processo licitatório já nos primeiros meses de 2021. O valor previsto para o início da obra é de R\$ 2.500.000,00 e foi aprovado pelo CPJ na proposta orçamentária para 2021.

De acordo com o projeto, a nova sede vai contar com: recepção, salas para atendimento ao cidadão, DPVAT, protocolo, auditório com capacidade para 70 pessoas, sanitários públicos acessíveis, sala para reuniões e audiências, 12 (doze) gabinetes para promotorias contendo, cada um, sala para promotor de Justiça com banheiro privativo, sala para analistas e técnicos, sendo previsto espaço para expansão 02(dois) gabinetes, quando necessário. Além dos sanitários para servidores totalmente acessíveis, a edificação contará com salas para: técnicos e estagiários, apoio administrativo, cartório, tecnologia da informação, rack/ CFTV, cartório, oficiais de diligência e motoristas, almoxarifado, arquivo, sala para apoio aos servidores, copa e materiais de limpeza. As garagens privativas para membros terão acesso privativo ao terreno e à edificação. Haverá estacionamento destinado aos servidores e ao público externo, além de toda a estrutura de apoio, como subestação de energia e laje técnica para condicionadores de ar. A edificação atenderá às Normas de Prevenção e Combate a Incêndio, à ABNT-NBR 9050/2020 quanto à acessibilidade e a todas as normativas necessárias à sua regulamentação. Duas comarcas recebem sedes próprias de promotorias de Justiça.

TERRENOS GARANTEM FUTURAS EDIFICAÇÕES

Visando dar continuidade ao processo de estruturação física e garantir a ampliação das unidades do MPTO, a atual gestão conseguiu incorporar ao patrimônio da Instituição novos terrenos.



ÁREA AO LADO DO ANEXO I DA PGJ:

Doado em 25 de novembro de 2020 pelo Governo do Estado (Decreto nº 6.186), o terreno tem 4.140,00m² e poderá ser destinado à construção de parte da estrutura organizacional do MPTO, por exemplo: a Corregedoria-Geral, o Cesaf/ESMP e os Centros de Apoio Operacional. Para 2021, o CPJ aprovou na proposta orçamentária R\$ 200.000,00 para a construção de muro no perímetro do novo terreno, visando inicialmente ampliar a área de estacionamento dos veículos dos ocupantes do Anexo I, assim como para os demais servidores que laboram na sede da PGJ.

ÁREA AO LADO DA SEDE DA PGJ (ANTIGO BANCO DO BRASIL):

Em novembro de 2019, a Procuradoria-Geral de Justiça iniciou as tratativas para receber o

terreno, que tem uma área de 1.800m². A doação da área foi sinalizada positivamente pelas autoridades competentes e aguarda apenas a finalização do processo de regularização do terreno para que seja repassado efetivamente ao MPTO.

ÁREA EM ARAGUAÍNA:

Um terreno de 5.000m² mil metros quadrados, com localização na Avenida Filadélfia, foi destinado pelo Estado do Tocantins para a construção da futura sede das Promotorias de Justiça de Araguaína, após uma série de tratativas da Procuradoria-Geral de Justiça. O Decreto nº 6.199, que destina a área, foi publicado no Diário Oficial do Estado na edição de 11 de dezembro de 2020. A doação foi possível graças a uma parceria com o Governo do Estado, por meio da Polícia Militar. Atualmente o terreno é ocupado pelo 2º Batalhão da Polícia Militar, que receberá do MPTO como contrapartida, conforme termo de parceria, obras de construção no valor de até R\$ 4.462.897,00, segundo a ordem de prioridade de demandas a serem apresentadas pelo PMTO. Esse montante correspondente ao encargo está previsto na própria lei de doação, ficando sob a responsabilidade do MPTO fazer constar o valor em seu Orçamento Anual de 2021, bem como realizar o processo licitatório e a contratação das obras a serem alocadas na parte remanescente do terreno que abriga o 2º Batalhão da PMTO. O valor da contrapartida e do início da obra da nova sede das Promotorias de Araguaína foi aprovado na proposta orçamentária de 2021, pelo Colégio de Procuradores de Justiça.



UNIDADES DO INTERIOR RECEBERAM MELHORIAS FÍSICAS E MANUTENÇÃO

Diversas promotorias de Justiça do interior do Estado receberam reformas na gestão 2019-2020, visando a preservação de condições adequadas de trabalho para os integrantes do Ministério Público, bem como comodidade para o cidadão que se dirige à instituição para atendimento.

Algumas unidades receberam, ainda, os serviços de manutenção necessários, proporcionados pela gestão.

01 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

Foi realizado reforço da estrutura do prédio com a execução de estacas do tipo “mega”, substituído todo o telhado e a rede de drenagem pluvial, reformados os banheiros, executada a cobertura da vaga de estacionamento do veículo oficial, instalado gradil de proteção, reformada a calçada lateral e revitalizada a pintura geral da sede. **Custo da reforma: R\$ 260.144,49.**

02 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DIANÓPOLIS

Reforma com substituição das janelas e instalação de grades de segurança. **Valor da reforma: R\$ 45.882,57.**

03 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

Manutenção em todos os 23 aparelhos condicionadores de ar.

04 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE GUARÁÍ

Pintura da fachada e calçadas.

05 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE GURUPI

Manutenção em todos os aparelhos condicionadores de ar.

06 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE MIRACEMA

Manutenção em todos os aparelhos condicionadores de ar.

07 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE MIRANORTE

Manutenção em todos os aparelhos condicionadores de ar.

08 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PEIXE

Pintura parcial interna e externa, grades e calçadas.

09 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

Manutenção em todos os aparelhos condicionadores de ar.

10 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TAGUATINGA

Pintura parcial da sede.

11 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TOCANTÍNIA

Manutenção em todos os aparelhos condicionadores de ar.

12 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS

Manutenção em todos os aparelhos condicionadores de ar.

13 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ARAPOEMA

Manutenção em todos os aparelhos condicionadores de ar.



SEDE DO MPTO É BENEFICIADA COM ADEQUAÇÕES

A sede da Procuradoria-Geral de Justiça recebeu melhorias físicas, parte delas em atendimento a orientações da Diretoria de Serviços Técnicos do Corpo de Bombeiros.

As benfeitorias realizadas referem-se à adequação de corrimãos das escadas e guarda-corpos e substituição de vidros trincados da fachada. Também foi realizada a pintura das salas que integram o Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

Os investimentos ultrapassaram os R\$ 105 mil.

Também se encontra em andamento o processo licitatório referente à adequação de diversos espaços físicos nas dependências do prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, dentre a quais estão a melhoria das instalações do Cesaf/ESMP, Caoma, Caopije, Plenário do Colégio de Procuradores e diversos gabinetes de promotorias da Capital, com previsão de contratação ainda este ano, com valor total estimado em R\$ 363 mil.

ARAGUAÇU, ARAGUACEMA E FILADÉLFIA RECEBEM PRÉDIOS PLANEJADOS

Nas comarcas de Araguaçu, Araguacema e Filadélfia, as unidades do Ministério Público funcionam atualmente em prédios novos e planejados para o bom desempenho das atividades ministeriais.

As obras foram realizadas mediante chamamento público entre os empreendedores interessados, sendo executadas sob supervisão da Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia do MPTO.

Antes de se transferir para o novo endereço, a Promotoria de Justiça de Filadélfia funcionava nas dependências do Fórum local, fato que confere um significado ainda maior à mudança, em termos de autonomia institucional.



UNIDADES DE FIGUEIRÓPOLIS E PALMEIRÓPOLIS TRANSFEREM-SE PARA PRÉDIOS ADAPTADOS

As Promotorias de Justiça de Figueirópolis e Palmeirópolis agora funcionam em prédios locados, porém adaptados para o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público.

Essas eram as últimas duas unidades do Ministério Público do Tocantins que se encontravam alojadas em espaços cedidos nos Fóruns, dentro das estruturas do Poder Judiciário. Com as mudanças, realizadas no ano de 2020, o MPTO passou a ter 100% de suas unidades instaladas em sedes próprias ou locadas.



REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DE COLINAS DO TOCANTINS

Visando proporcionar melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Comarca de Colinas do Tocantins, encontra-se em andamento o procedimento licitatório (Concorrência n.º 003/2020) voltado à ampliação da sede própria das Promotorias de Justiça, com investimento estimado em R\$ 636.583,42, estando garantida a disponibilidade de caixa suficiente para cobrir a despesa, conforme preceitua o Art. 42 da LRF.

O projeto arquitetônico prevê a adição de 107 metros quadrados de área construída ao prédio,

que passará a totalizar 707,12 m². Isso, além da nova cobertura das garagens, com dimensão de 153,63 m².

Com a melhoria, o prédio ganhará um gabinete adicional para promotor, com banheiro privativo integrado. Os quatro gabinetes existentes receberão banheiros privativos. Também serão construídos novos cômodos para abrigar a Sala de Atendimento ao Cidadão, um espaço infantil, o departamento de DPVAT, além de uma sala para técnicos.

NOVOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS CONTRIBUEM PARA MELHOR PRODUTIVIDADE

A gestão do Ministério Público do Tocantins investiu também na aquisição de novos móveis e equipamentos, para sua sede e para unidades do interior do Estado, tendo por objetivo assegurar condições adequadas de trabalho aos membros e servidores.

Em 2020, a administração concluiu o projeto que prevê a substituição dos móveis obsoletos,

com vida útil ultrapassada, por peças novas e ergonomicamente adequadas. Com isso, todas as unidades do MPTO possuem atualmente mobiliário de um mesmo padrão de qualidade e conforto, sem distinções.

Somente na categoria mobiliário, os investimentos ultrapassam o montante de R\$ 1,5 milhão.

UNIDADES BENEFICIADAS

01 – Anexo I da PGJ - Aquisição de mobiliários para todos ambientes do 2º piso, mediante investimento de R\$ 502.641,04.

02 – Promotorias de Justiça de Araguaína - Aquisição de 17 condicionadores de ar, atendendo a todos os gabinetes de Promotores, recepção e sala de apoio. Outros oito equipamentos foram comprados posteriormente e serão entregues até o final de 2020.

03 – Promotorias de Justiça de Araguatins - Aquisição de mobiliários, condicionadores de ar e equipamentos de copa e cozinha para a nova sede. Investimento: R\$ 237.058,17.

04 – Promotorias de Justiça de Gurupi - Substituição de todo o mobiliário e envio de um veículo novo. Investimento: R\$ 317.972,35.

05 – Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins - Substituição de todo o mobiliário. Investimento: R\$ 122.100,00.

06 – Promotorias de Justiça de Araguacema - Aquisição de mobiliários novos. Investimento: R\$ 55.024,25.

07 – Promotorias de Justiça de Araguaçu - Aquisição de mobiliários novos. Investimento: R\$ 71.116,05

08 – Promotorias de Justiça de Colmeia - Aquisição de mobiliários novos. Investimento: R\$ 99.576,02.

09 – Promotorias de Justiça de Filadélfia - Aquisição de mobiliários novos. Investimento: R\$ 67.337,93

10 – Promotorias de Justiça de Itaguatins - Acréscimo de mobiliários com a fusão da comarca de Axixá.

11 – Promotorias de Justiça de Wanderlândia - Aquisição de mobiliários novos. Investimento: R\$ 53.360,84.

12 – Promotorias de Justiça de Figueirópolis - Aquisição de mobiliários novos. Investimento: R\$ 24.755,00.

13 – Promotorias de Justiça de Palmeirópolis - Aquisição de mobiliários novos. Investimento: R\$ 30.185,10.

14 – Promotorias de Justiça de Dianópolis - Aquisição de mobiliários novos.



AQUISIÇÃO DE NOVOS VEÍCULOS GARANTE 100% DE RENOVAÇÃO DA FROTA

O momento de crise sanitária não impediu que o Ministério Público do Tocantins desse prosseguimento ao seu projeto de renovação e ampliação da frota oficial de veículos. Cinco automóveis da marca Ford, modelo KA, tipo sedan, com potência 1.5, ano 2019/2020, foram entregues pela Procuradora-Geral de Justiça no início deste ano, mediante investimento de R\$ 264.450,00.

E dando continuidade ao projeto, já em dezembro de 2020, foram realizadas novas aquisições que somam dez veículos, com um

total de R\$ 1,4 mil investidos, visando substituir aqueles que contam com mais de oito anos de uso e suprir a frota com veículos capazes de atender de forma mais adequada a Corregedoria-Geral do MPTO, além de projetos institucionais como o MP Itinerante:

QUANT.	TIPO / MODELO	VALOR R\$
02	SUV GM CHEVROLET TRAILBLAZER 2.8	581.753,34
01	FURGÃO PEUGEOT EXPERT	139.000,00
01	FIAT - MODELO: DUATO MINIBUS CONFORTE	210.900,00
03	GM CRUZE ECOTEC	336.630,00
01	SEDAN RENAULT / LOGAN 1.6 ZEN	R\$ 64.490,00
02	HATCH RENAULT / SANDERO 1.6 ZEN	R\$ 126.980,00
TOTAL		R\$ 1.459.753,34*

*O montante para cobrir a referida despesa encontra-se disponível em caixa, conforme orienta o artigo 42 da LRF.

SEGURANÇA INSTITUCIONAL É REFORÇADA

Durante a gestão 2019-2020, foram disponibilizados oito postos de vigilância armada para as sedes de Promotoria de Justiça que ainda não contavam com este serviço de proteção: Araguacema, Araguaçu, Aurora, Goiatins, Ponte Alta, Wanderlândia, Figueirópolis e Palmeirópolis. Destas, cinco foram atendidas em 2020.

Novo contrato dos serviços de monitoramento eletrônico por alarme e Circuito Fechado de TV (CFTV) foi assinado, de modo que todas as sedes do MPTO serão atendidas com esse serviço de segurança. Também houve continuidade na instalação de concertinas e cercas elétricas nas sedes próprias remanescentes, de forma a atender a todas, seguindo orientação da CPSI. Além disso, foi adquirido automatizador de

porta a ser instalado no acesso principal do Anexo I da PGJ, com investimento de 12 mil reais.

Atendendo à solicitação do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional- NIS, encontra-se publicado o edital de licitação (Pregão Eletrônico nº 046/2020), objetivando a aquisição de veículo SUV blindado, cuja estimativa de despesa é 389 mil reais.

Com esta aquisição, o setor responsável pelo cumprimento do programa de proteção pessoal aos integrantes desta Instituição visa assegurar a integridade física dos membros e servidores em situação de risco, bem como durante ocasionais deslocamentos e operações específicas do MPTO, conforme disposto na Resolução nº 002/2017/CPJ.

MAIS DE 2 MILHÕES FORAM INVESTIDOS NA RENOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO

Os investimentos em Tecnologia da Informação também tiveram continuidade no ano de 2020, em especial com a destinação de novos computadores completos e de notebooks para uso dos integrantes do Ministério Público do Tocantins, visando o bom desempenho das suas atividades.

De acordo com dados do Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação, os investimentos totais do MPTO em 2020 com equipamentos de tecnologia da informação alcançaram R\$ 2.602.75,00, havendo ainda o investimento de R\$ 321.530,48 em equipamentos de processamento de dados (infraestrutura de TI).

Principais aquisições de equipamentos de TI – 2020

Computadores: 358 unidades
Monitor LCD: 410 unidades
Nobreaks: 460 unidades
Impressoras: 71 unidades
Escâner profissional: 18 unidades
Tablets: 05 unidades
Projetor Multimídia: 04 unidades
Switch 48 portas 10/100/1000: 04 unidades
Notebooks: 45 unidades

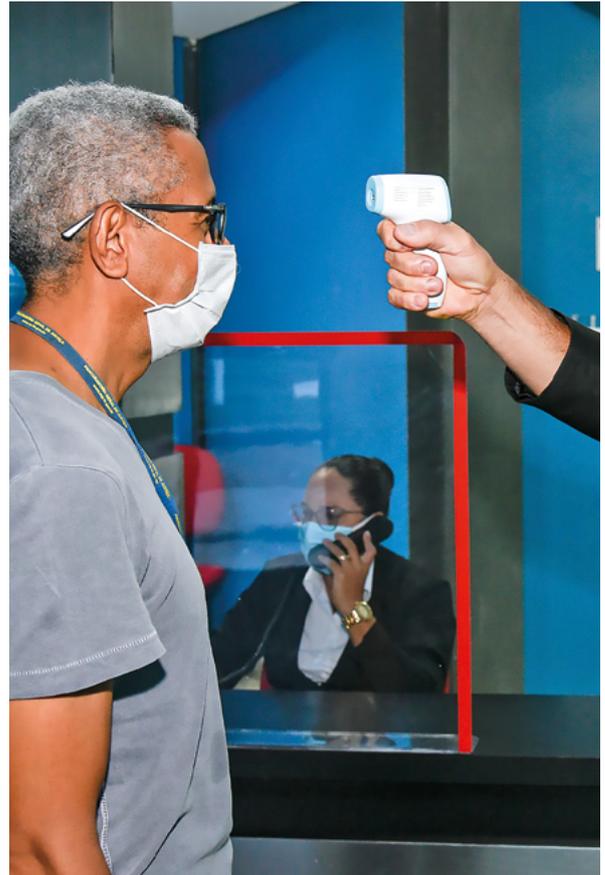
Total de equipamentos: 1.375 unidades



Cuidando dos integrantes, nosso maior patrimônio

O ano de 2020 foi atípico, em razão da pandemia de Covid-19, que colocou a vida das pessoas em risco. No MPTO, as medidas de proteção foram adotadas de forma exemplar, sendo a instituição a primeira do Estado a estabelecer regime de trabalho telepresencial. As providências para o retorno seguro também foram estabelecidas no momento adequado, incluindo a aquisição de testes rápidos e equipamentos de proteção.

Outras ações relacionadas à valorização dos integrantes também foram executadas conforme planejado, incluindo os procedimentos para a implantação da Escola Superior do Ministério Público.



PROTEÇÃO CONTRA A COVID-19 EM FOCO NA ÁREA DE SAÚDE

A Área de Promoção e Assistência à Saúde do MPTO contou com uma missão adicional neste ano de 2020: desenvolver as ações internas de proteção contra a Covid-19. Uma série de atividades foi realizada pelo corpo técnico, incluindo a aplicação de testes rápidos, o acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados e a distribuição de equipamentos de proteção individual.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido pela Área de Promoção e Assistência à Saúde, a equipe do Departamento Administrativo do MPTO promoveu outras medidas para evitar a propagação do novo coronavírus, relativas à afixação de dispensers contendo álcool em gel, aplicação de adesivos de sinalização e instalação de painéis de proteção em acrílico nas unidades do Ministério Público em Palmas e no interior,

a fim de garantir o distanciamento social e a preservação da saúde na ocasião do retorno às atividades presenciais.

ATIVIDADES DA ÁREA DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE - COVID-19

Acompanhamento de casos suspeitos e confirmados - 179

Ações gerais de prevenção e controle - 577

Testes rápidos - 838

TOTAL - 1.594

Fonte: Área de Promoção e Assistência à Saúde

ÁREA DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE REALIZA MAIS DE 2 MIL ATENDIMENTOS

Além de desenvolver atividades de prevenção à Covid-19, a Área de Promoção e Assistência à Saúde do MPTO realizou campanha de imunização para a atualização do cartão de vacina dos integrantes, atividades de

Vivência Corporal e efetuou serviços essenciais de atendimento nas áreas de medicina, enfermagem, fisioterapia, odontologia e psicologia. No ano, totalizaram-se mais de 2 mil atendimentos.

Especialidade/Ação	Número de atendimentos
Atendimento presencial - Enfermagem	641
Atendimento presencial - Fisioterapia	210
Atendimento remoto - Fisioterapia	45
Visitas Técnicas - Fisioterapia	05
Gravação de Vídeo - Fisioterapia	05
Palestras - Fisioterapia	04
Atendimento presencial - Medicina	112
Atendimento remoto - Medicina	218
Atendimento presencial - Odontologia	132
Atendimento presencial - Psicologia	49
Atendimento remoto - Psicologia	436
Assessoria a Caop	01
Perícias médicas - Junta Médica	14
Pareceres médicos	01
Junta Médica (despachos, pareceres e laudos)	213
Total	2.086

Fonte: Área de Promoção e Assistência à Saúde

OUTRAS AÇÕES, VOLTADAS À MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL - 2020

Atividade de Promoção à Saúde	Quantitativo
Análise do ambiente de trabalho	45
Atividades enfermagem prevenção/DST	234
Vivências corporais	63
Imunização - vacinas	170
Orientações e encaminhamentos	149
Total	661

Fonte: Área de Promoção e Assistência à Saúde

CESAF/ESMP BUSCA CREDENCIAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR



Preparando um salto de qualidade nas atividades de qualificação e aperfeiçoamento oferecidas internamente aos integrantes do MPTO, a procuradora-geral de Justiça protocolou, em novembro de 2020, o pedido de credenciamento do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP) junto ao Conselho Estadual de Educação.

Ao obter o credenciamento, o Cesaf/ESMP estará habilitado a desempenhar as atividades típicas de Escola Superior, inclusive oferecendo cursos de pós-graduação próprios.

Pós-graduação - O primeiro curso de pós-graduação já conta com projeto pedagógico planejado e aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça, sendo uma atividade *lato sensu* referente à área de Gestão e Governança. A expectativa é de que as atividades se iniciem no segundo semestre de 2021.

Biblioteca Virtual - Cerca de 6000 títulos à disposição dos integrantes do MPTO. Em 2020, o Ministério Público investiu R\$ 310.541,00 na contratação das editoras: Revista dos Tribunais; Minha Biblioteca e Editora Fórum, para a implantação da biblioteca virtual. O objetivo é ampliar o número de títulos disponibilizados, bem como atender aos integrantes de todas as unidades do MPTO. Com a biblioteca virtual do Ministério Público, os usuários contarão com um acervo de aproximadamente 6 mil obras.

Mestrado - Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. Um convênio firmado em 2019 viabilizou a realização de curso de mestrado em “Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos”. Na oportunidade,

foram disponibilizadas sete vagas para os integrantes do Ministério Público, um investimento de R\$ 174.125,00.

Em 2020, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao convênio, que ampliará o projeto de pesquisa, possibilitando mais cinco vagas aos integrantes do MPTO no programa de mestrado.

Resultado de uma parceria entre a Esmat, UFT e Fapto, o mestrado é aprovado e reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Na oferta do curso, o MPTO conta com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf).



Novas instalações - A Administração Superior deixa planejada a ampliação provisória das instalações do Cesaf/ESMP, dentro da sede do MPTO, sendo previstos espaços compatíveis com a equipe e com as novas atribuições do órgão auxiliar, incluindo uma sala de aula multifuncional denominada “Espaço Pedagógico José Kasuo Otsuka” (in memoriam), em homenagem aos serviços prestados por este promotor de Justiça. Para o futuro, são previstos espaços planejados, em uma nova construção anexa à Procuradoria-Geral de Justiça.



ATIVIDADES TELEPRESENCIAIS PREDOMINAM NO CALENDÁRIO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO

Atuando diretamente ou em colaboração com outras instituições, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP) disponibilizou uma ampla agenda de atividades de qualificação, incluindo cursos, simpósios, oficinas, workshops e webinários. Em razão

da pandemia, que impôs a necessidade de distanciamento social, destacaram-se os eventos telepresenciais.

Na tabela, podem ser conferidas também outras atividades desenvolvidas pelo órgão auxiliar do Ministério Público.

Atividades consolidadas do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf em 2020

Descrição das atividades	Quantidade
1.1 Eventos presenciais sob responsabilidade direta do Cesaf	05
1.2 Eventos presenciais em parceria compartilhados com o Cesaf	1
1.3 Eventos à distância realizados pelo Cesaf	19
1.4 Editais publicados	11
1.5 Planos de cursos elaborados para aprovação pelo CSMP	11
1.6 Pareceres emitidos	14
1.7 Propostas de alterações normativas	03
1.8 Ações de estruturação	05
1.9 Publicações (Revista Jurídica do MPE)	01

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO É REAJUSTADO

Como forma de valorizar e motivar seus integrantes, a gestão reajustou em 2019 o valor do auxílio-alimentação pago aos membros e servidores. Com a revisão, o benefício, que não tinha seu valor alterado desde o ano de 2015, passou de R\$ 1.200,00 para R\$ 1.700,00. O auxílio é pago proporcionalmente aos dias trabalhados, sem aplicação de desconto em caso de falta. Também é suspenso o seu pagamento no caso de diversas licenças.

VALOR DO AUXÍLIO-CRECHE É REVISADO

A quantia paga aos membros e servidores a título de auxílio-creche também passou por revisão, sendo estabelecido um novo valor, de R\$ 300,00 em 2019. O auxílio é pago àqueles que estejam no exercício de suas funções e que possuam dependentes com até 6 anos de idade. É condição para o recebimento do benefício, entre outras, que as crianças estejam matriculadas em creche, em pré-escola ou sob cuidados de profissionais contratados.

GESTÃO REDUZ PASSIVO DE FÉRIAS COM INDENIZAÇÃO DE PERÍODOS NÃO USUFRUÍDOS

Saldando direitos de seus integrantes, esta Gestão autorizou pagamento indenizatório de férias antigas, adquiridas e não usufruídas, visando reduzir um passivo acumulado de mais de 33 milhões.

Assim, ao longo do exercício, EM CONFORMIDADE COM A previsão orçamentária e A disponibilidade financeira, membros e servidores puderam requerer as indenizações que são pagas com base na Lei Orgânica do MPTO, regulamentada pela Resolução CPJ n.º 008/2016 e Ato PGJ n.º 092/2018.

Essa medida visou também garantir a saúde financeira da Instituição a longo prazo, evitando o crescimento da dívida.

Cabe frisar que os pagamentos indenizatórios dos direitos constituídos não comprometem o limite de gastos com pessoal, previsto no Art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000- LRF, assim como não caracterizam criação de novo dispêndio, ao passo que também não se enquadram nas vedações contidas no Art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

**A ATUAL GESTÃO REDUZIU O PASSIVO
DE MAIS DE 33 MILHÕES PARA
CERCA DE 17,4 MILHÕES**

PROJETO LEVA MÚSICA AOS INTEGRANTES DO MPTO

Como forma de promover momentos de lazer e integração entre os membros e servidores de todo o Estado durante o período de isolamento social e teletrabalho, foi desenvolvido pela instituição o projeto MP Sexta Cult, consistindo na transmissão de shows musicais via internet, por meio do Youtube.

A proposta foi promover um encontro musical mensal, sendo o primeiro deles em agosto. Até novembro, totalizaram-se quatro edições, sendo uma delas em comemoração ao Dia do Servidor Público.

Os encontros musicais contaram com apresentações de Mello Júnior, Márcio Augusto, Malusa Lopes e Pietro Demarques, totalizando 1.603 visualizações.



www.mpto.mp.br